



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Ato nacional em defesa dos direitos e garantias

No dia 8 de agosto, a Magistratura brasileira, por meio da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União, da qual a Amagis é integrante, realiza ato público, no Senado Federal, contra a campanha de enfraquecimento do Judiciário e em defesa das garantias e direitos das duas carreiras. O objetivo é aprovar a correção dos subsídios e rejeitar projetos que violam as prerrogativas.

TIAGO PARRELA



Enéias Xavier, José Perdigão, Maurício Soares, Eduardo Generoso e Heitor Teixeira

MINAS SE UNE CONTRA CORTES

Em outra frente de atuação, os presidentes da AMAGIS, Maurício Soares, da AMMP, José Perdigão, e da ADEP, Eduardo Generoso, reuniram-se, no dia 29 de julho, na sede da Associação, para definir estratégias de atuação contra a aprovação do PLP 257/16, que, a título de ajuste fiscal, impõe cortes orçamentários e de pessoal, além do fechamento de comarcas e defensorias em todo o País. **PÁGINAS 2, 4 e 5**



No dia 25 de agosto, a Amagis Saúde promoverá edição especial do Integramagis, na qual serão celebrados os cinco anos do 'Amor à Vida'. O programa oferece atendimento dedicado e exclusivo aos magistrados e seus familiares. **PÁGINA 23**

QUALIDADE DE VIDA

-  Alimente-se bem
-  Pratique exercícios
-  Divirta-se
-  Previna-se

Magistratura repudia ataques a garantias invioláveis da classe

MAURÍCIO SOARES*

Na retomada dos trabalhos no Congresso Nacional, neste mês, a Magistratura brasileira irá desencadear mobilização forte e consistente contra crescentes tentativas de enfraquecimento do Poder Judiciário. Por meio da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União, que integra todas as Associações de Magistrados, entre elas a Amagis, será realizado ato público nacional, no Senado, no dia 8 de agosto, para denunciar a retaliação e constrangimento às classes que protagonizam o combate à corrupção e a construção de um Brasil mais justo.

Como faz na Assembleia Legislativa, a Amagis acompanha a tramitação de todas as matérias de interesse da classe no Congresso Nacional, onde mantém intensa interlocução com deputados federais e senadores. Dessa

alterar a legislação de combate à corrupção, intimidando a ação de agentes públicos, como é o caso do PLS 280/2016, que tramita no Senado e prevê punição em crimes de abuso de autoridade.

Além de afetar a independência judicial, o projeto ofende a Constituição e a Lei Orgânica da Magistratura, que garantem a inviolabilidade das prerrogativas. Defendemos não só a reprovação, como a apresentação e tramitação de projeto que desrespeita a consciência nacional e representa retrocesso neste momento de intenso enfrentamento à corrupção.

Numa terceira frente dessa campanha negativa, adia-se consecutivamente, desde o ano passado, a votação do projeto de correção parcial dos subsídios. Não há razão sustentável para o não reconhecimento desse direito que busca tão somente repor perdas em

“Há clara tentativa de enfraquecimento do Judiciário e do Ministério Público, com a quebra de suas prerrogativas institucionais diretas”

forma, estará presente em todas as iniciativas a favor da aprovação das causas da Magistratura e da reprovação de matérias que afetam a valorização e a independência da classe.

Uma delas é Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, de autoria do Executivo, que tramita em caráter de urgência, trazendo mudanças que afetam não só a Magistratura, mas todo o serviço público e garantias constitucionais. O PLP faz parte do ajuste fiscal e, sob o argumento de reequilibrar as contas, impede reajustes e realização de concursos, entre outros. Antes do fim do recesso parlamentar, a Amagis iniciou gestões junto aos deputados federais e mobilizou associações de outras carreiras ameaçadas no sentido de impedir o retrocesso.

Outra investida vem daqueles que, por receio das investigações, agem para

percentuais abaixo da inflação, até porque os recursos destinados aos novos subsídios já constam na Lei Orçamentária em vigor. A recomposição é um direito e obrigação constitucional de preservar o equilíbrio remuneratório de nossas carreiras. Em vez de aprová-la, apressam a votação de projeto contra garantias que são invioláveis.

Em resumo, há clara tentativa de enfraquecimento e asfixia do Poder Judiciário e do Ministério Público, da qual a Magistratura e seus parceiros repudiam e protestam. A Amagis irá participar de todos os atos, além de retomar e organizar intenso corpo a corpo junto aos deputados federais e senadores, com o fim do recesso, para impedir quaisquer retrocessos institucionais no momento em que o País vive grave crise econômica e firme combate à corrupção. ■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Parceria fortalece o Judiciário
PÁG 03

Associações mobilizam
juízes em ato público
PÁG 04

Independência judicial
PÁG 04

Amagis reage a ajuste fiscal
PÁG 05

Política de Segurança
para todos os fóruns
PÁG 06

Gestão itinerante valoriza o interior
PÁG 07

Juíza preside a Amagis
PÁG 08

Presidentes dos Tribunais
reúnem-se na Amagis
PÁG 09

Combate ao caixa dois
PÁG 10

Valorização do patrimônio
PÁG 11

Reparação de danos
PÁG 12

Rua do Respeito
PÁG 16

Festa do Rosário
PÁG 19

SAÚDE!

Integramagis celebrará
5 anos do 'Amor à Vida'
PÁG 23

Usuários aprovam
visitas aos hospitais
PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíza Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíza Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juíza Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Parceria fortalece o Judiciário

Diretoria da Amagis reúne-se com o presidente do TJMG

O diálogo com os Três Poderes, particularmente o Judiciário, é um dos eixos de atuação defendido pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, para sua gestão. Com esse objetivo, a diretoria da Associação reuniu-se, no dia 21 de julho, com o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro.

Durante a reunião, foram discutidos temas como a segurança nos fóruns, as condições de trabalho nas Co-



Herbert Carneiro, Maurício Soares e diretores da Amagis

marcas e a necessidade de mudanças na Lei Orgânica da Magistratura.

O encontro foi importante para fortalecer a parceria entre as instituições, reafirmada, no dia 30 de junho, durante

encontro realizado entre os presidentes da Amagis e do TJMG com magistrados de Belo Horizonte, no Fórum Lafayette.

Além do presidente da Amagis, participaram do en-

contro a presidente em exercício da Amagis, juíza Cristiana Gualberto; a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixoto; o vice-presidente Financeiro, desembargador Alberto Diniz Junior; o vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho Nunes Coelho; o vice-presidente de Interior, juiz Antônio Carlos Parreira; o vice-presidente Socio-cultural-Esportivo, juiz Ricardo Torres Oliveira; o diretor-secretário, juiz Christyano Lucas Generoso, e a diretora-subsecretária, juíza Rosimere Couto. ■

Movimentação na carreira

TJMG atende a pedido da Amagis, e Órgão Especial vota provimentos

O Órgão Especial do TJMG atendeu à solicitação do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e votou, no dia 13 de julho, os provimentos para promoção e remoção de magistrados referentes ao edital 9/2016 do Tribunal.

No ofício, o presidente da Associação destacou que a apreciação dos provimentos deveria ser feita em caráter de urgência, uma vez que, em função do período eleitoral, a votação das promoções fica suspensa. Os membros do Órgão Especial decidiram que somente serão efetivadas as remoções que não causarem impacto na Justiça Eleitoral.



Sessões do Órgão Especial são transmitidas pelo site amagis.com.br

Essa foi também a primeira sessão com a participação da nova direção do TJMG e dos novos integrantes do Órgão Especial. Na ocasião, por sugestão do presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, o colegiado manteve a participação da Amagis no Órgão Especial. "Para minha satisfação, a Associação continua conosco no Órgão Especial", afirmou o presidente do Tribunal.

A Amagis foi representada pelo seu vice-presidente Financeiro, desembargador Alberto Diniz Junior, pois o presidente da Associação estava em Brasília atuando junto aos parlamentares para a aprovação da recomposição dos subsídios da magistratura (*Leia mais na página 4*). ■

Associações mobilizam juízes em ato público

TIAGO PARRELA



Presidente da Amagis com as direções da AMMP e ADEP

Recomposição dos subsídios é uma das reivindicações da classe

Mesmo com o recesso parlamentar e o adiamento da votação do PLC 27/2016, que reajusta o subsídio dos ministros do STF, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, no dia 13 de julho, as Associações de Magistrados e do Ministério Público mantiveram-se mobilizadas e convocaram para o dia 8 deste mês um ato público em defesa das duas carreiras.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, esteve em Brasília, no dia 13 de julho, para reforçar com os senadores a importância da aprovação do projeto e acompanhar a reunião da CCJ, na qual a votação do PL 27/2016 acabou sendo adiada.

Desde o início da sua gestão, essa foi a sétima vez que Maurício Soares esteve na capital federal para tratar exclusivamente da recomposição dos subsídios. O empenho da Amagis, da AMB e demais associações de classe foi decisivo para a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados no dia 1º de junho, e tem sido importante

para garantir a tramitação da proposta mesmo no atual quadro político que o País enfrenta.

O relator do PL 27/2016, senador José Maranhão, que preside a CCJ, já manifestou voto favorável à proposta. O texto reajusta o subsídio mensal dos ministros do Supremo em 15,75%, sendo 8,74% a partir de 1º de junho de 2016; e 7,02% a partir de 1º de janeiro de 2017.

Em outra frente, o presidente Maurício Soares, o presidente da AMMP, José Perdigão, da ADEP/MG, Eduardo Generoso, em reunião realizada na sede da Associação, no dia 29 de julho, decidiram unir as entidades e intensificar o corpo a corpo na Câmara dos Deputados contra a aprovação do PLP 257, que, a título de ajuste fiscal, impõe cortes drásticos no orçamento do Sistema Justiça. *(Leia mais na página 5).* ■

Independência judicial

Presidente da Amagis contesta PL que pune 'abuso de autoridade'

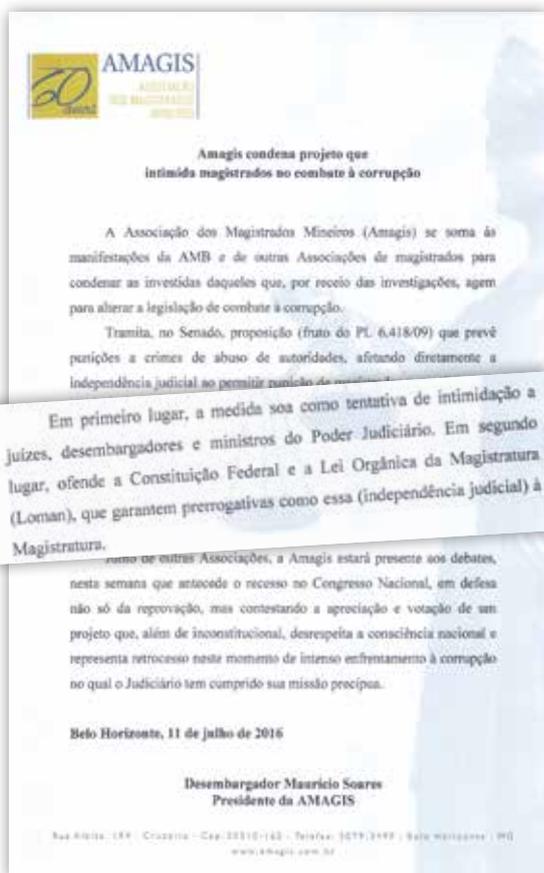
Ainda em Brasília, onde acompanhou a votação do PL 27/2016, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, no dia 13 de julho, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, conversou com os senadores sobre o PL 6.418/09, que prevê punições a crimes de abuso de autoridade.

Para Maurício Soares, a proposta afeta diretamente a independência judicial ao permitir punição de magistrados que aplicarem a lei penal em processos envolvendo criminosos poderosos. "A medida soa como tentativa de intimidação a juízes, desembargadores e ministros do Poder Judiciário", afirmou o presidente em nota pública divulgada no dia 8 de julho.

A iniciativa da Amagis soma forças à reação de outras Associações de magistrados e da AMB, que, no dia 2 de julho, publicaram nota manifestando a preocupação com o que consideraram tentativas de interferência na Operação Lava Jato. Para a Associação, qualquer projeto que modifique a legislação brasileira, especialmente aqueles que envolvem investigação de autoridades, lavagem de dinheiro e corrupção, deve ser cuidadosamente discutido. ■



Leia nota da Amagis <http://bit.ly/29E560L>



Amagis reage a ajuste fiscal

Projeto de Lei 257/16 afeta direitos e garantias da magistratura

No dia 1º de agosto, o presidente Maurício Soares voltou a Brasília para acompanhar a tramitação e defender mudanças junto aos parlamentares no PLP 257/2016.

Com tramitação em caráter de urgência na Câmara, o projeto estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, exigindo, em contrapartida, a contenção de gastos que afetam diretamente as instituições e o serviço público dos estados. Entre as medidas propostas, estão a proibição da concessão de reajustes e de realização de concursos públicos.

Os contatos com as lideranças parlamentares surtiram os primeiros efeitos, com mudanças que não comprometeriam o funcionamento do Sistema de Justiça.

A diretoria da Amagis acompanhará a tramitação do PLP no Congresso Nacional, intensificando o diálogo com os parlamentares, e empenhará todos esforços em ações articuladas com a Associação

Mineira do Ministério Público (AMMP), Associação dos Defensores Públicos (ADEP/MG) e outros representantes de carreiras afetadas, para impedir o retrocesso institucional.

A mobilização contra o PLP 257 começou ainda no recesso parlamentar, quando o presidente da Amagis fez gestões junto a deputados federais mineiros, em Belo Horizonte, para manifestar reprovação a projetos em tramitação na Câmara dos Deputados, que, como esse e o PLS 280/2016, violam garantias e conquistas da magistratura. ■

Videoconferência

Sistema do TJMMG será inaugurado em Uberlândia

O TJMMG, por meio de uma parceria com o Fórum de Uberlândia (Triângulo Mineiro), irá inaugurar, neste mês, o projeto-piloto para a realização de audiências de videoconferência.

De acordo com o corregedor da Justiça Militar, juiz coronel PM Sócrates Edgard dos Anjos, a instalação do sistema em Uberlândia irá reduzir custos de viagem e o tempo de deslocamento do policial militar, que precisaria ir até Belo Horizonte para a audiência.

WELLINGTON LEAL ABREU



Juiz coronel PM Sócrates Edgard testa o sistema

A parceria traz ainda vantagens para a Justiça Estadual, pois a iniciativa reduzirá a

quantidade de depoimentos enviados por cartas precatórias. Os juízes poderão utilizar

a sala instalada no TJMMG para realizar audiências com testemunhas que estejam na capital.

Na avaliação do diretor do Foro de Uberlândia, juiz Lourenço Migliorini, os benefícios do sistema vão além dos ganhos processuais, pois as salas poderão dar suporte institucional ao TJMG em reuniões da direção do Tribunal com os diretores dos fóruns da região. ■

Câmaras da Saúde serão ampliadas

Estado e TJMG estudam convênio semelhante ao do município

A Câmara Técnica de Conciliação da Saúde Pública, criada para subsidiar a conciliação processual e pré-processual de reclamações relacionadas à área no município, entrou em atividade no início deste mês.

Mesmo tratando-se de projeto-piloto, o TJMG e o Governo do Estado já estudam a possibilidade de realizar convênio semelhante ao celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, conforme revelou o coordenador dos Juizados Especiais de Belo Horizonte, juiz Francisco Costa.

Com a parceria, o município irá disponibilizar até dois

servidores da área de saúde para dar informações e esclarecer sobre as políticas de saúde, subsidiando o trabalho do juiz, possibilitando a resolução dos conflitos de forma mais objetiva e ágil.

Na avaliação do juiz Francisco Costa, a câmara irá facilitar o acesso do cidadão aos serviços de saúde do município e irá otimizar o atendimento,

evitando, sempre que possível, o ajuizamento de ações. A iniciativa se insere nas políticas para redução da judicialização da saúde, na medida em que melhora o atendimento do Poder Judiciário ao credor dos serviços de saúde pública. ■

Política de Segurança para todos os fóruns

Levantamento do CNJ subsidiará ações institucionais

O Diagnóstico de Segurança Institucional elaborado pelo Comitê Gestor do Sistema Nacional do Poder Judiciário, do CNJ, irá subsidiar as ações da Amagis voltadas para a melhoria das condições de segurança nos fóruns mineiros.

De acordo com o levantamento, realizado em 118 órgãos do Judiciário nacional, 98% deles contam com uma unidade de segurança institucional em sua estrutura, mas boa parte ainda não tem profissionais especializados na área. A pesquisa revelou ainda que, em apenas 47% das unidades da Justiça de primeiro grau, o uso

LUIZ SILVEIRA / AGÊNCIA CNJ



Presença de seguranças foi avaliada pelo CNJ

de câmeras de segurança é feito com frequência.

O presidente do STF e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, defendeu, durante a 1ª Reunião Nacional das Comissões de Segurança do Poder Judi-

ciário, realizada no dia 27 de junho, quando os dados do relatório foram apresentados, o investimento em ações de inteligência para que seja possível antever e prevenir possíveis ameaças a magistrados.

CENTRO DE SEGURANÇA

No dia 14 de julho, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, designou os magistrados que passam a integrar a comissão do Centro de Segurança Institucional.

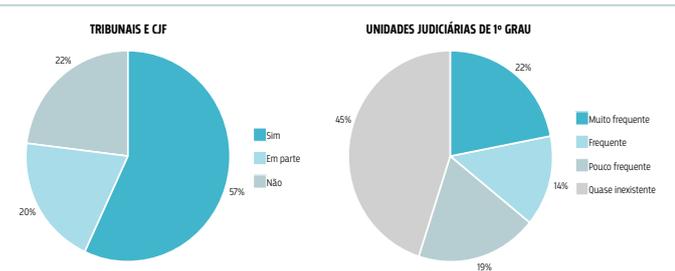
O órgão será integrado pelo desembargador Estevão Lucchesi de Carvalho e pelos juízes Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, Marixa Fabiane Lopes Rodrigues e Haroldo André Toscano de Oliveira, indicados pelo Corregedor-Geral de Justiça, desembargador André Leite Praça. O juiz José Maurício Cantarino Vilella, indicado pelo presidente Maurício Soares, representará a Amagis. ■



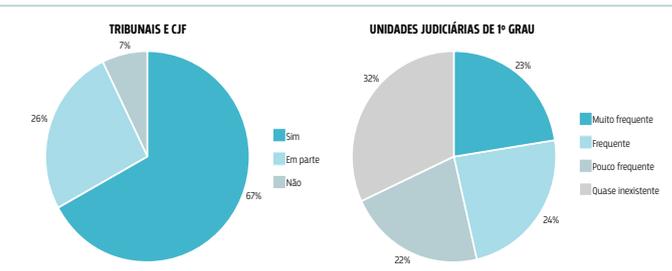
Leia pesquisa no site <http://bit.ly/2a8DvrW>

EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SEGURANÇA

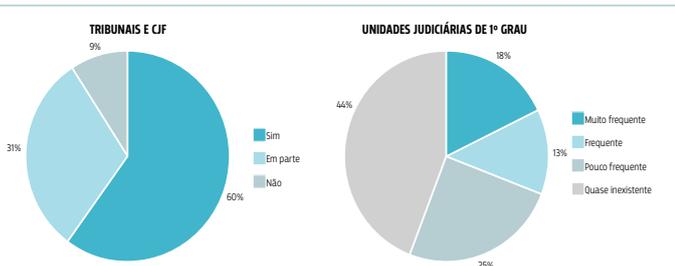
Presença de pórtico detector de metais nos órgãos



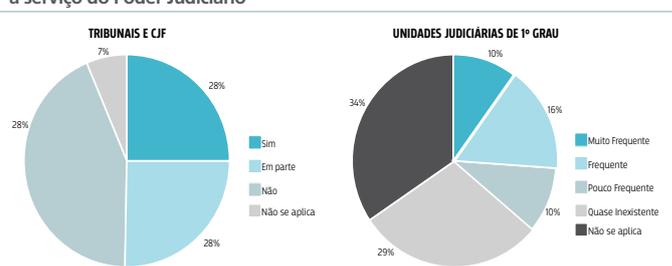
Presença de câmeras de segurança nos órgãos



Presença de sistema de controle de acesso de pessoas nos órgãos



Utilização de policiamento ostensivo com agentes de segurança pública a serviço do Poder Judiciário



Gestão itinerante valoriza o interior

Uberlândia foi a décima Comarca visitada pela Amagis



Maurício Soares com juizes do Triângulo Mineiro

Com uma média de quase duas comarcas visitadas por mês, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, esteve em Uberlândia (Triângulo Mineiro), no dia 12 de julho, para dar continuidade à política de gestão itinerante, cujo objetivo é integrar os juizes de toda a Minas Gerais com as discussões, estaduais e nacionais, de interesse da magistratura.

A cada encontro, o presidente da Associação informa aos juizes sobre a atuação da Amagis e demais associações de magistrados para a aprovação do reajuste dos subsídios, e apresenta as iniciativas

10

Comarcas já receberam a gestão itinerante

da Amagis para a melhoria das condições de trabalho, segurança nos fóruns e defesa das prerrogativas da magistratura. Com as reuniões, Maurício Soares busca ainda ampliar o debate sobre as pautas de interesse da classe, ouvindo as sugestões dos juizes.

O encontro em Uberlândia foi realizado na sala da Amagis, no Fórum Abelardo

Penna. O presidente Maurício Soares estava acompanhado do vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz Júnior.

As reuniões da gestão itinerante já foram realizadas nas Comarcas de Divinópolis, Juiz de Fora, São João del Rei, Barbacena, João Monlevade, Manhuaçu, Poços de Caldas, Montes Claros e Uberaba. ■

Instituto Mineiro de Perícias



Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Convênio
AMAGIS

Juíza preside a Amagis

Cristiana Gualberto assumiu a Associação nas férias de Maurício Soares

GEORGIA BAÇVAROFF

A vice-presidente administrativa da Amagis, juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro, presidiu a Associação, dos dias 15 a 29 de julho, durante o período de férias do presidente Maurício Soares.

A transmissão do cargo foi feita no dia 15 de julho, durante reunião da qual participaram a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixôto, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho



Luzia Peixôto, Cristiana Gualberto, José Martinho, Carlos Donizetti e Maurício Soares

Nunes Coelho, e o presidente do Conselho Deliberativo, juiz Carlos Donizetti Ferreira da Silva.

No dia 20 de julho, a juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro recebeu, na sede da Amagis, a visita da defensora pública-geral do Estado

de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, que entregou à presidente interina da Amagis a revista Mediação Humanizada, produzida por defensores públicos em parceria com a Fundação Nacional de Mediação de Conflitos. ■

Defensora pública assume novo biênio

Posse foi realizada em sessão do Conselho Superior da Defensoria Pública

Durante sessão solene do Conselho Superior da Defensoria Pública, realizada no dia 12 de julho, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi reempossada para o segundo mandato na instituição, durante o biênio 2016-2018.

No seu discurso, Christiane Malard destacou a gestão participativa, organização, disciplina, visão para o futuro, projetos, programas e o planejamento



Magistrados com Christiane Malard

estratégico como eixos fundamentais que nortearam a administração da Defensoria Pública nos últimos dois anos.

O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza

Cristiana Gualberto, representando o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, e a juíza Rosimere do Couto, diretora-subsecretária da Amagis, magistrados e autoridades participaram da cerimônia. ■

RÁPIDAS

GEORGIA BAÇVAROFF



★ Os magistrados Ricardo Torres Oliveira, vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, e Cláudia Coimbra Alves tomaram posse no dia 19 de julho, respectivamente, nos cargos de juiz titular e juiz substituto do TRE-MG.



★ O desembargador Rogério Medeiros tomou posse, no dia 5 de julho, no cargo de juiz membro substituto, classe desembargador, do TRE-MG. O presidente da Amagis, desembargador Mauricio Soares, magistrados e familiares de Rogério Medeiros participaram da cerimônia.

IZABELA MACHADO



★ Natural de Caratinga, o juiz Ronaldo Claret de Moraes recebeu, no dia 5 de julho, o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte, em solenidade realizada na Câmara Municipal. A indicação da homenagem foi do presidente da Casa, vereador Wellington Magalhães.

Presidentes dos Tribunais reúnem-se na Amagis

Encontro na sede da Associação foi considerado histórico



Presidentes e representantes dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal, Piauí, Tocantins, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Roraima, Sergipe e Rondônia, além de Minas Gerais, foram recebidos, no dia 26 de julho, pela diretoria da Amagis.

Para a presidente interina da Associação, juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro, o encontro pode ser considerado um dia histórico para o Judiciário mineiro e nacional. "O TJMG conta, como sempre, com a parceria da Amagis", afirmou a magistrada.

A reunião entre os presidentes e representantes de Tribunais foi realizada após a assinatura do Sistema

Magistrados no salão de festas da Amagis

Eletrônico de Informações (SEI), cujo objetivo é tornar a tramitação e a gestão dos processos administrativos mais simples e mais ágeis.

Na avaliação do presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, o sistema traz ganhos na sustentabilidade, administração dos Tribunais e, sobretudo, na cidadania, já que, de acordo com ele, o jurisdicionado terá cada vez mais efi-

ciência e celeridade no atendimento de seus pleitos.

Para o presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Pedro Bitencourt, o convênio vai transformar a tramitação e feitura de documentos no sistema de Justiça. De acordo com ele, na assinatura do convênio, o Conselho cumpre o papel de promover a cooperação entre os Tribunais de Justiça. ■

RÁPIDAS

RENATA CALDEIRA / TJMG



★ **Membro da Academia Cordisburguense de Letras, o desembargador Pedro Bernardes de Oliveira recebeu, no dia 15 de julho, a entrega da Medalha João**

Guimarães Rosa, em cerimônia realizada em Cordisburgo, cidade natal do escritor mineiro.

★ **No início de julho, os magistrados Carlos Donizetti Ferreira da Silva, Luzia Divina de Paula Peixôto, Antônio Carlos Parreira e Tiago Colnago Cabral foram convocados para exercer a função de juizes auxiliares da presidência do TJMG. Os juizes de direito Bruno Teixeira Lino, Lisandre Borges Figueira e Lilian Maciel Santos foram designados para auxiliar, respectivamente, a 1ª, a 2ª e a 3ª Vice-Presidência.**



★ **O novo diretor do Foro de Belo Horizonte e juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, Marcelo Rodrigues Fioravante, realizou, no dia 5 de julho, a primeira reunião com os ges-**

tadores do Fórum Lafayette, na qual falou sobre os eixos que devem orientar seu trabalho nos próximos dois anos.

Combate ao caixa dois

Fiscalização dos gastos de campanha é desafio na eleição 2016

ASCOM-TRE/MG



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou, no dia 20 de julho, as tabelas com os limites de gastos de campanha nas eleições municipais de 2016. A definição das despesas pela Justiça Eleitoral é uma das iniciativas que visam coibir a prática do caixa dois durante a campanha.

De acordo com os critérios estabelecidos pela minirreforma eleitoral (Lei 13.165/2015), em municípios com até 10 mil eleitores, os gastos devem ser de R\$ 10 mil para candidatos a vereador, e R\$ 100 mil para prefeito. Belo Horizonte terá o segundo limite mais alto do País, com um teto de R\$ 26,6 milhões para postulantes à prefeitura e R\$ 607 mil para aqueles que buscam uma cadeira na Câmara Municipal.

A mudança no prazo para julgamento das contas dos candidatos eleitos, que, neste ano, é de até três dias antes da diplomação, é outra medida que exige mais atenção dos juízes eleitorais. Segundo o coordenador de Controle de Contas Eleitorais e Partidárias do TRE-MG, Júlio César Diniz Rocha, é importante o magistrado verificar o andamento das análises das contas pelos cartórios eleitorais, para que não ocorram atrasos nos prazos.

O coordenador esclareceu que os juízes poderão verificar a prestação de contas pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), por meio do qual os candidatos devem informar, obrigatoriamente, todos os gastos realizados com a campanha.

O especialista informou que os dados fornecidos ao SPCE são cruzados com o sistema de análise da Justiça Eleitoral, com objetivo de fiscalizar se o limite informado foi extrapolado. Com essas informações, a Justiça Eleitoral verifica se alguma informação foi omitida com a análise de banco de dados de notas fiscais eletrônicas, fiscalização de eventos e informações voluntárias de fornecedores, entre outros.

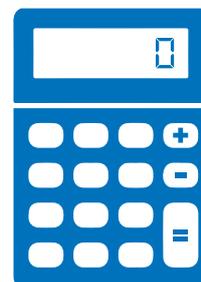
Com o objetivo de garantir mais celeridade ao julgamento das contas, o TSE normatizou a prestação simplificada para municípios com o colégio inferior a 50 mil eleitores, e para candidaturas com movimentação financeira de até R\$ 20 mil. Para os candidatos, o modelo apresenta uma exigência menor de documentos a serem entregues. Já para os juízes eleitorais, possibilita uma análise menos abrangente de contas consideradas de menor potencial financeiro. ■

PRINCIPAIS MUDANÇAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Vedação das pessoas jurídicas para doações de campanha
- Definição dos limites de gastos pela Justiça Eleitoral e não mais pelos próprios partidos
- Extinção dos comitês financeiros de campanha
- Obrigação de abertura de conta bancária de campanha para qualquer candidato em todo e qualquer município do país
- Vedação de empréstimos obtidos de pessoas físicas pelos candidatos e partidos e utilizados na campanha como recursos próprios
- Obrigatoriedade de informação do doador originário para qualquer doação recebida por um beneficiário
- Doações de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica (TED ou DOC)
- Limite na contratação direta ou terceirizada de pessoal para trabalhos de campanha



Veja o limite de gastos por município no site
<http://bit.ly/2a97nBA>



Valorização do patrimônio

Amagis realiza obras nas unidades sociais

A diretoria da Amagis decidiu intensificar as obras nas Colônias de Férias, no Parque Esportivo e na sede campestre de Juiz de Fora, tanto para preservar e valorizar o patrimônio, quanto para melhor receber os magistrados e seus familiares nas unidades sociais da Associação, na próxima alta temporada.

Em viagem para vistoriar as obras da Colônia de Nova Viçosa (Sul da Bahia), o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, autorizou a ampliação da reforma para mais quatro casas ao constatar a necessidade de revitalização dos imóveis.

A estrutura das casas e os muros da área externa vão ser reforçados. Serão instalados ainda bancos de alvenaria e cerâmica na área externa e nas varandas.

Na sede campestre de Juiz de Fora, serão realizadas obras de revitalização do espaço de eventos, que incluem a construção de um banheiro e a adaptação da área de acesso ao local para pessoas portadoras de deficiência. Durante a reforma, a unidade permanecerá fechada.

Em Belo Horizonte, as quadras, alambrados e muros externos do Parque Esportivo serão reformados. Atividades como as aulas de hidroginástica,

o uso do restaurante e a hospedagem no Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito não serão comprometidas.

Em julho, a modernização das unidades do Hotel Di Roma Resort, em Caldas Novas (GO), que incluiu melhorias no parque aquático central, no sinal de internet e troca das fechaduras manuais por eletrônicas, foi concluída. O local recebeu ainda uma brinquedoteca e instalou câmeras para o monitoramento de segurança.

ECONOMIA E PREVENÇÃO

A manutenção das unidades sociais da Amagis abrange ainda medidas preventivas como limpeza de calhas, vedação de caixas-d'água, aplicação de cloro nas caixas sifonadas, tratamento das piscinas com cloro e eliminação do acúmulo de água para impedir a proliferação do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor de doenças como a dengue, febre chikungunya e o zika vírus.

Na sede administrativa, os funcionários receberam canecas para o consumo de água, eliminando o uso de copos plásticos. Além da economia gerada, a iniciativa gerou uma redução do lixo plástico produzido semanalmente. ■

Maurício Soares em Nova Viçosa



Envie sugestões para vicepresidentesocio cultural esportivo@amagis.com.br

Administração judicial e extrajudicial de empresas.

Conheça nossa atuação. Faça contato.

Dictum
Instituto de gestão e perícia



Alameda Oscar Niemeyer, 420, sl.304 - Vila da Serra - Nova Lima/MG
CEP: 34.000-000 - www.dictuminstituto.com.br - (31) 3282-5374

REPARAÇÃO DE DANOS

Processo de Justiça Restaurativa é ampliado para resolução de conflitos

GEORGIA BAÇVAROFF, IZABELA MACHADO E TIAGO PARRELA

Entre os mais de 100 milhões de processos que estão hoje no Poder Judiciário de todo o país, existem casos de grande e médio potencial ofensivo, mas também estão judicializados acontecimentos simples como briga entre vizinhos, discussões de casais e até mal-entendidos, que muitas vezes poderiam ser resolvidos com base no diálogo.

Trabalhar o conceito de restauração das relações com as partes, ressaltando valores como a corresponsabilidade, empoderamento, imparcialidade e autonomia, tem se mostrado positivo em alguns desses acontecimentos que chegam ao sistema de Justiça. É a chamada Justiça Restaurativa, que visa construir de forma coletiva e integrada, com a participação de todos os envolvidos, um acordo que atenda às necessidades criadas pelo conflito. O projeto foi implantado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 2012.

“Os termos do acordo são construídos pelos próprios envolvidos no conflito e podem incluir pedido formal de desculpas, ressarcimento dos danos causados, reparação material, serviço comunitário, entre outros”, esclareceu a juíza Flávia Birchall, do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte.

A Justiça Restaurativa é um mecanismo de conciliação que valoriza a autonomia das pessoas, criando oportunidades para que os envolvidos em um conflito possam conversar, se entender e encontrar, juntos, uma solução que melhor atenda às suas necessidades. “Na busca pelo bem-estar social coletivo, a Justiça não deve ser vista como uma meta a ser atingida, unicamente, pelas instituições que compõem o sistema de Justiça Criminal, mas também pelas coletividades e pessoas envolvidas, em uma perspectiva

de cooperação”, afirmou a juíza Flávia Birchall.

Há cerca de quatro anos, o projeto de Justiça Restaurativa vem sendo aplicado no Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte. Para a juíza Flávia Birchall, os números mostram que a cultura do litígio ainda é um obstáculo a ser transposto. “No entanto, percebo também um resultado satisfatório naqueles casos em que as pessoas se dispõem a participar”, avaliou a magistrada.

EXPERIÊNCIA NACIONAL

A desembargadora do TJMG Márcia Milanez, assessora da Corregedoria Nacional de Justiça, informou que, desde 2005, projetos de Justiça Restaurativa foram implantados nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, onde grandes avan-

O QUE É?

► A partir de técnicas auto-compositivas de solução de conflitos, a Justiça Restaurativa promove aproximação entre vítima, agressor, suas famílias, a comunidade, a sociedade e a rede de garantia de direitos, e, a partir da escuta ativa e da compreensão das responsabilidades, busca-se a reparação dos danos advindos da transgressão e o atendimento das necessidades de todos os envolvidos, construindo-se novos caminhos de convivência, pautados pelo bem e pela paz.



ços foram sentidos, entre eles a disseminação da cultura da não violência.

Segundo a magistrada, um dos grandes resultados da Justiça Restaurativa está em enxergar o conflito a partir de um fenômeno fruto da diversidade e da liberdade de expressão, e do potencial de crescimento individual e coletivo dos envolvidos. “Lidar com os aspectos da violência em uma abordagem ampla, levando-se em conta a corresponsabilidade, buscando um enfrentamento real das causas e consequências, com vistas a evitar recidivas, dentro da lógica restaurativa, também pode ser considerado um avanço”, avaliou Márcia Milanez.

De acordo com a desembargadora, muito há a ser feito, como pesquisas e investigações acerca da aplicação da Justiça Restaurativa, e uma construção

GEORGIA BAÇVAROFF

Juíza
Flávia
Birchal

coletiva de soluções para um problema tão complexo como a violência, que exige dedicação, habilidade de negociação e articulação.

Para ela, as Escolas Judiciais e Escolas da Magistratura deverão promover cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de facilitadores em Justiça Restaurativa, com a elaboração de um plano pedagógico com exercícios simulados, carga horária mínima e estágio supervisionado.

“Penso que, para trabalhar com Justiça Restaurativa, é importante ter em mente que a responsabilidade é mais transformadora que a culpa, que o esforço para investigar as causas da violência é maior que o ato de julgar, e que ser humano pode significar nos reconhecer na imperfeição do outro. Assumir nossas limitações e declarar o necessário apoio da coletividade pode significar que estamos no caminho da tão almejada paz social”, definiu Márcia Milanez.

FIM DO CONFLITO

A Justiça Restaurativa foi o que solucionou o problema entre Lucas e Mariana, um ex-casal com grande dificuldade de comunicação. Ele entrou com uma ação contra ela por difamação. Já na primeira audiência, no Jesp Criminal de BH, a assistente social sugeriu que os dois participassem do projeto da Justiça Restaurativa, o que foi prontamente aceito. A partir daí, foram realizadas três sessões, sendo duas individuais e uma em conjunto com o ex-casal.

“As sessões realizadas nos fizeram muito bem porque mostraram o caminho da tolerância. Foi a oportunidade que tivemos, depois de muito bem orientados por toda a equipe do Juizado, de conversar e entender que todos nós temos problemas e que não devemos descarregar no outro. Entender isso é fundamental para as relações sociais”, admitiu Lucas, que, ao fim das sessões, desistiu da ação que havia aberto contra a ex-mulher.

Para Mariana, a Justiça Restaurativa foi de grande valia. “Lembro-me de que assistimos a um vídeo durante uma das etapas realizadas que mostrava a importância de se pensar mais nos filhos e de ser menos individualista”, reconheceu. Para ela, a Justiça Restaurativa faz um trabalho de conscientização que é fundamental e contribui para as pessoas saírem melhores do que entraram.

Ela e Lucas defendem que o programa seja aplicado cada vez em mais casos e situações, e não apenas nos problemas pequenos. “O resultado da Justiça Restaurativa pode ser bem mais benéfico à pessoa do que a punição imposta pelo Estado”, avaliou Lucas.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Na Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte, estão sendo priorizados casos decorrentes de atos infracionais análogos aos delitos de menor potencial ofensivo e com foco naqueles que surgiram em razão de conflitos familiares, tais como lesão corporal, ameaça e dano ao pa-

“É DE SUMA IMPORTÂNCIA A IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES, POIS, ATUALMENTE, SÃO ENCAMINHADOS DIARIAMENTE PARA A VARA INFRAACIONAL CASOS QUE PODERIAM SER RESOLVIDOS POR MEIO DESSE PROCESSO”

JUIZA VALÉRIA RODRIGUES

“AS SESSÕES REALIZADAS NOS FIZERAM MUITO BEM PORQUE MOSTRARAM O CAMINHO DA TOLERÂNCIA. FOI A OPORTUNIDADE QUE TIVEMOS, DEPOIS DE MUITO BEM ORIENTADOS POR TODA A EQUIPE DO JUIZADO, DE CONVERSAR E ENTENDER QUE TODOS NÓS TEMOS PROBLEMAS E QUE NÃO DEVEMOS DESCARREGAR NO OUTRO”

LUCAS

trimônio, sem prejuízo de outras situações em que os responsáveis pela audiência percebam que a adoção de um procedimento restaurativo tenha um bom potencial para intervenção no conflito instaurado.

Também poderão ser encaminhados adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, relacionados especialmente em situações de conflitos familiares ou furto no ambiente familiar.

A juíza titular da Vara Infracional da Infância e Juventude de Belo Horizonte, Valéria da Silva Rodrigues, analisou que, no Brasil, em virtude de aspectos culturais, optou-se por não aplicar a Justiça Restaurativa em atos graves. “É necessário cautela para introduzir as práticas restaurativas como forma de resolução de conflitos e, a partir de sua consolidação e aceitação por parte da sociedade brasileira, outros tipos de atos poderão ser encaminhados a essas práticas”, avaliou a magistrada.

PARCERIAS

O projeto implantado no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA/BH) utilizava inicialmente a mão de obra dos próprios servidores na execução das atividades, que ocorriam em suas instalações. Porém, devido ao acúmulo de serviço dos profissionais das instituições envolvidas, o projeto teria poucas possibilidades de expansão, e foi necessário buscar parceiros que pudessem atuar nos casos.

Assim, foi firmado um protocolo com as instituições de en-

sino superior Escola de Direito da UFMG, Faculdade Batista, Newton Paiva, Universo, Uni-BH e Centro de Defesa Zilah Spósito, que possuem núcleos de práticas restaurativas e passaram a receber, desde junho deste ano, casos encaminhados pela Vara Infracional da Infância e Juventude. “Existe a possibilidade de ampliação desses parceiros, assim como da capacidade de atendimento que possuem, na medida em que outros profissionais e acadêmicos forem se capacitando para atuar com a Justiça Restaurativa”, observou Valéria Rodrigues.

DESAFIOS

A adoção das práticas restaurativas por outras instituições esbarra, muitas vezes, na cultura punitiva de uma sociedade que, segundo a magistrada, é estimulada pelos veículos de comunicação a acirrar o revanchismo e a vingança. “Isso dificulta a adoção de métodos consensuais de resolução de conflito por parte do Judiciário”, afirmou.

Um dos próximos desafios é despertar o interesse das escolas que atendem crianças e adolescentes no estado para que adotem o círculo restaurativo como forma de solucionar alguns casos. A partir do momento em que houver interesse das instituições, o TJMG poderá capacitar os professores a fazer uso dessas práticas.

“É de suma importância a implementação da Justiça Restaurativa nas escolas para a resolução de conflitos escolares, pois, atualmente, são encaminhados diariamente para a Vara Infracional casos que poderiam ser resolvidos por meio desse processo”, disse Valéria Rodrigues. ■

“NA BUSCA PELO BEM-ESTAR SOCIAL COLETIVO, A JUSTIÇA NÃO DEVE SER VISTA COMO UMA META A SER ATINGIDA, UNICAMENTE, PELAS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL, MAS TAMBÉM PELAS COLETIVIDADES E PESSOAS ENVOLVIDAS, EM UMA PERSPECTIVA DE COOPERAÇÃO”

JUÍZA FLÁVIA BIRCHAL

“LIDAR COM OS ASPECTOS DA VIOLÊNCIA EM UMA ABORDAGEM AMPLA, LEVANDO-SE EM CONTA A CORRESPONSABILIDADE, BUSCANDO UM ENFRENTAMENTO REAL DAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, COM VISTAS A EVITAR RECIDIVAS, DENTRO DA LÓGICA RESTAURATIVA, TAMBÉM PODE SER CONSIDERADO UM AVANÇO”

DESEMBARGADORA
MÁRCIA MILANEZ

GIL FERREIRA / AGÊNCIA CNJ



CNJ aprovou, em maio deste ano, resolução para difundir a Justiça Restaurativa

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



FERNANDA MARQUÊS



BÁRBARA MACHADO

Drogas na capital

Pesquisa da UFMG aponta que 142 mil belo-horizontinos se drogam com frequência e 15% da população da capital mineira já fizeram uso. Como a jurisprudência e a doutrina estão tratando a questão no Brasil? Nossos convidados, juiz Jair Francisco dos Santos, do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, e Michelle Ralil, pesquisadora da UFMG, comentam o problema. (Foto)

Direito do idoso

O Via Justiça discute os direitos dos idosos no Brasil. Quais são as mais recentes inovações legais em relação aos idosos? O que diz o estatuto sobre o reajuste das mensalidades dos planos de saúde para idosos? Para falar sobre o assunto, convidamos a juíza Maria Isabel Fleck, da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte, e o advogado Antônio Queiroz.

Audiência de custódia

As Audiências de Custódia no Brasil são um instrumento importante em defesa dos direitos humanos, contra a superpopulação carcerária e prevenção de tortura nas prisões. Elas já evitaram 45 mil prisões desnecessárias no País. Participam do programa a juíza Paula Murça Rocha, titular da Central de Flagrantes de Belo Horizonte, e Karina Rodrigues Maldonado, defensora pública.

Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa no Brasil busca a reconciliação entre ofensor, vítima e sociedade. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, apenas seis dos 27 Tribunais de Justiça têm normas sobre o modelo no País. Nossas convidadas são a juíza Flávia Birchal, do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, e a advogada Camila Félix, da Comissão de Assuntos Carcerários da OAB-MG. ■

Espaço Mamãe-Bebê

Mães de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Centro Socioeducativo São Jerônimo, em Belo Horizonte, poderão contar com o Espaço Mamãe-Bebê, que permite o convívio com os recém-nascidos até os seis meses de idade. Nossa convidada é a juíza Valéria da Silva Rodrigues, da Vara Infracional da Infância e Juventude de Belo Horizonte. (Foto)

Direito do trabalhador

O desemprego no País atingiu, em média, 11,2% nos três primeiros meses deste ano, afetando mais de 11 milhões de pessoas. É a maior taxa registrada pela pesquisa, que começou a ser feita em 2012, segundo o IBGE. Para falar sobre o assunto convidamos o juiz Glauco Rodrigues Becho, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Amatra 3.

Escolas Judiciais

Em tempos de crise e de alta demanda judicial, as escolas judiciais têm papel importante para aumentar a eficiência da Justiça. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Wagner Ferreira, segundo vice-presidente da nova gestão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, a EJEJF.

Desafios da adoção

O Brasil teve 615 adoções no ano de 2015. Segundo o Cadastro Nacional de Adoção do CNJ, no Brasil, há quase 36 mil pretendentes a serem pais e 6,5 mil crianças a serem adotadas. Por que há uma disparidade entre esses números? Quem responde a essa pergunta é o juiz Marcos Flávio Lucas Padula, da Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte. ■

TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h (Canal 11)

TV JUSTIÇA Sábado, às 15h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 901)



TV JUSTIÇA

Sábado, às 18h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 901)

Rua do Respeito

ALEX LANZA / MPMG



Morador de rua retira documentos no projeto

Programa amplia a rede de voluntários em um ano

Com pouco mais de um ano de existência, o programa Rua do Respeito aderiu, em maio, ao Voluntariado das Nações Unidas e, agora, busca estruturar sua rede de voluntários. Voltada à população de rua, a iniciativa conta com mais de 40 instituições parceiras, entre elas a Amagis, que, no dia 30 de junho, comprometeu-se com os propósitos do projeto.

De acordo com o juiz auxiliar da Corregedoria, Sérgio Henrique Fernandes, as mudanças redimensionaram a atuação do TJMG, Ministério Público de Minas Gerais e do Serviço Voluntário de Assistência Social. Com isso, o 'Rua do Respeito', que antes era um projeto, passou a ser considerado um programa social.

Segundo o magistrado, o TJMG dá uma colaboração muito importante na área denominada acesso a direitos. O Poder Judiciário atua em processos que tenham como objeto a efetivação e a garantia dos direitos sociais das pessoas em situação de rua e na responsabilização civil, criminal e administrativa daqueles que violam os direitos desse grupo populacional.

O juiz Sérgio Fernandes citou como exemplo a preparação dos

Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que contribuem para o restabelecimento dos laços familiares e sociais dessas pessoas. O magistrado informou que, além da assistência promovida por serviços odontológicos, médicos, psicológicos e de emissão de documentos, o programa tenta integrar os diferentes moradores da cidade, combatendo o preconceito e estimulando a ação voluntária.

O principal desafio do 'Rua do Respeito' é a reestruturação do próprio indivíduo, cuja condição humana o leva a perder propósitos e perspectiva de vida. "Ele (morador de rua) introjeta todo o preconceito demonstrado pelos demais moradores da cidade, o que só ajuda a empurrá-lo cada vez mais para o abismo", lamentou. Para ele, o resgate do sujeito é essencial para a criação de um fluxo de atendimento e de serviços, com objetivo de reparar os laços familiares, sociais e laborais. ■

Coral da Apac lança segundo disco

Para maestro e ex-recuperando, metodologia reintegra indivíduo na sociedade

Criado há três anos e meio, o Coral Madrigal Liberatus, da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac), de Nova Lima (Região Metropolitana de Belo Horizonte), lançará, no final de agosto, o CD Acorde.

De acordo com o maestro Leandro Dantas, ex-recuperando da Apac e atualmente no regime aberto, a escolha do nome do segundo disco é, ao mesmo tempo, uma referência à junção de várias notas musicais e ao despertar para a vida pelo canto. Ele observou ainda que, mais do que um gênero musical, a escolha do repertório tem como objetivo proporcionar aos recuperandos conhecerem a cultura de diferentes países, o folclore e diferentes compositores. "O coral reforça a eficácia do método Apac", afirmou.

Formado em música pela Universidade Federal de Ouro Preto, Dantas disse ter uma dívida moral com a Apac. Ele contou que a forma como foi acolhido na unidade de Nova Lima, inclusive pelos recuperandos, foi fundamental para superar o momento pelo qual passava. "Não é uma recolocação, mas uma integração já que muitos recuperandos estavam desvinculados da vida social. A Apac permite esse reencontro com a família e com a sociedade", avaliou o maestro.

A gravação do CD foi feita com o apoio do Sesi/Fiemg, da 98 FM e da empresária Betânia Tanure, do grupo Mulheres do Brasil. Os recursos obtidos com a venda dos discos serão utilizados para custear as despesas com transporte, uniformes e aquisição de instrumentos musicais que deverão ser utilizados na ampliação do coral. ■

ARQUIVO PESSOAL



Compre o CD Acorde pelo facebook.com/apacnovalima

Integrantes do coral da Apac de Nova Lima



AMAGIS

Juiz Renato Luiz Faraco

Quando surge e quais os princípios devem orientar o direito à velhice?

A sociedade e o legislador não se preocupavam com a questão do idoso. Ela passou a ter uma atenção maior com a Constituição de 1988. A partir desse momento, com a criação do princípio da solidariedade social e a adoção do princípio da dignidade humana, busca-se despertar na sociedade a importância de valorizar o direito à velhice.

É importante compreender que o direito à velhice deve começar com o nascimento. Deve-se preocupar com a velhice desde o momento em que a pessoa nasce, para poder garantir a qualidade de vida, de trabalho digno, educação, saúde, lazer e transporte. Não se pode pensar a questão do idoso somente a partir do momento em que a pessoa envelhece, pois você vai ter dificuldade de assimilar esses princípios.

Qual o critério para que uma pessoa seja considerada idosa?

O estatuto adotou o critério biológico. Uma pessoa é considerada idosa no Brasil a partir dos 60 anos, alguns países têm outros critérios. Nós não podemos confundir idoso com senil. O senil é aquela pessoa que pode estar sofrendo com uma doença e com isso tem a

capacidade reduzida. O idoso tem vitalidade, pode ter todo tipo de atividade, como a prática esportiva.

Quais os direitos do idoso no estatuto?

Como o estatuto busca adotar o princípio da proteção integral ao idoso, ele abrange o direito à vida, ao bem-estar, ao lazer, transporte, trabalho digno, assistência social e saúde plena, entre tantos outros.

Como o estatuto regulou esses direitos para os idosos?

A Constituição, por exemplo, prevê claramente o direito à gratuidade do transporte urbano. O estatuto do idoso trouxe essa questão para o transporte interestadual. Em uma Ação Direta de Constitucionalidade, a ministra Cármen Lúcia (vice-presidente do STF) informou que não há nenhuma irregularidade nesse dispositivo, em virtude da solidariedade social que rege o estatuto do idoso. Família, comunidade, sociedade e Estado têm de trabalhar conjuntamente em prol do idoso.

Como essas garantias são observadas na área da saúde?

A questão da saúde envolve vários setores, o que torna mais complexo o debate sobre esse tema. É importante esclarecer que a mensa-

lidade do plano de saúde do idoso não poder ser aumentada em virtude de sua idade. Entretanto, mesmo aos 60 anos, é importante ter claro que a lei permite o reajuste anual do plano de saúde.

Na saúde pública, o idoso tem atendimento prioritário no Sistema Único de Saúde e uma série de garantias reguladas no estatuto do idoso que vão desde o fornecimento de medicamentos à internação hospitalar e domiciliar.

Como é definida a prioridade para o pagamento dos precatórios?

No que diz respeito ao precatório alimentar, a Constituição prevê que essas situações têm preferência em relação aos demais. E o idoso tem a preferência de receber seu precatório alimentar até o limite de três vezes o valor previsto em lei. Entretanto, quando o precatório do idoso não tem caráter alimentar, ele fica na expectativa de recebê-lo. Por isso, o Supremo Tribunal Federal diz que o precatório alimentar não tem caráter exauriente. Outras questões podem ser consideradas como alimentares e tem que ser dada a preferência. ■

“Não se pode pensar a questão do idoso somente a partir do momento em que a pessoa envelhece, pois você vai ter dificuldade de assimilar esses princípios (da Constituição de 1998)”

“Como o estatuto busca adotar o princípio da proteção integral ao idoso, ele abrange o direito à vida, ao bem-estar, ao lazer, transporte, trabalho digno, assistência social e saúde plena”

PERFIL

A partir da Constituição de 1988, com a adoção do princípio da solidariedade social e da dignidade humana, o direito à velhice passou a ter mais atenção da sociedade. Entretanto, para o juiz Renato Luiz Faraco, da 20ª Vara Cível de Belo Horizonte, o direito à velhice deve ser garantido desde o nascimento, para que a pessoa possa viver com dignidade. Na avaliação do magistrado, ao se pensar essa questão somente quando as pessoas envelhecem, não se assimila os princípios da Constituição Cidadã.

MINAS GERAIS SETECENTISTA

Rosa de Ouro e os caminhos da cultura mineira

BRUNO TERRA DIAS*

Rosa de Ouro¹ é roteiro geral para conhecimento da Minas Gerais setecentista. Dos sonhos lusitanos com o prometido ouro de tantas lendas, passando pela dura vida bandeirante, o estabelecimento da mineração, o surgimento de literatura múltipla e artes plásticas, organização social e desembocando na Inconfidência.

Dos sertões enormes, percorridos a partir da entrada de Francisco Bruza Espinosa e por bandeirantes, às primeiras vilas foi-se mais de século e meio. Nascida a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1709) sob o signo da Guerra dos Emboabas (1708/9), a Revolta de Filipe dos Santos (1720) marcou a criação, no mesmo ano, da Capitania de Minas Gerais, que viu surgir, praticamente iniciando do zero civilizatório (nossos indígenas ainda encontravam-se em estágio lítico de cultura; entradas e bandeiras deixaram núcleos, enclaves, em terras cortadas por caminhos, ermos brutos onde as instituições eram os homens), política, economia, artes, música,

gioso transmitido pela catequese e sedimentado no século XVIII na vida social e rural da época da colônia.

A elite da terra teve acesso à educação jesuíta, praticamente a única possibilidade de instrução, que poderia encaminhar o estudante à Europa, onde Coimbra era o destino comum; grandes nomes do período fizeram o percurso ao bacharelado coimbrão. O domínio do cristianismo era revelado também na urbanização crescente, erguendo-se capelas que condicionavam o próprio povoamento do território em desbravamento.³

Nas letras, brotaram nomes como Cláudio Manuel da Costa (natural de Mariana, 1729, falecido em 1789), José de Alvarenga Peixoto (Rio de Janeiro, 1743, Angola, 1792), Manuel Inácio da Silva Alvarenga (Ouro Preto, 1749, Rio de Janeiro, 1814), Tomás Antônio Gonzaga (1744, Porto, Moçambique, 1810), José Basílio da Gama (São José del Rei, atual Tiradentes, 1741, Lisboa, 1795) e Santa Rita Durão (Mariana, 1722, Lisboa, 1784).⁴ Nem todos nascidos em território mineiro, mas identificados com este solo.

“O DOMÍNIO DO CRISTIANISMO ERA REVELADO TAMBÉM NA URBANIZAÇÃO CRESCENTE, ERGUENDO-SE CAPELAS QUE CONDICIONAVAM O PRÓPRIO POVOAMENTO DO TERRITÓRIO EM DESBRAVAMENTO”

literatura em cidades como Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Diamantina, Serro, Pitangui, Congonhas e outras criadas a partir de 1711.

Grandes fazendas no século XVIII. Mão de obra escrava utilizada abundantemente. Uma arquitetura própria ao meio rural desenvolveu-se, com soluções criativas e detalhamento barroco, nas casas como nas capelas, erguidas pela influência da Igreja Católica (não se pode esquecer que o catolicismo era a religião oficial do Estado português)²:

Um detalhe importante nas fazendas mineiras antigas, tornando-as distintas das demais, é a presença de capelas internas ou externas, até mesmo de igrejas – manifestação do espírito reli-

Na música, sabe-se que a segunda metade do século XVIII conviveu, em Minas Gerais, com orquestras de músicos profissionais e composições originais. José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita à frente, como maior expressão musical de época.⁵

Nas artes plásticas, dispensando apresentações formais, Manuel da Costa Ataíde e Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. O talento e a genialidade dos dois grandes expoentes eternizaram-se em afrescos, pedra-sabão, madeira, interiores de igrejas, altares, frontões, como a pintura do teto da nave da Igreja de São Francisco, em Ouro Preto, e os Profetas do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas. ■

(*) Juiz de Direito, ex-presidente da Amagis

- 1- FRANCO, Afonso Arinos de Melo, organização, transcrição e apresentação Afonso Arinos, filho, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.
- 2- REZENDE, Maria Conceição. A Música na História de Minas Colonial, Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1989, pp. 118/9.
- 3- Id. Ibid., p. 137.
- 4- Sobre o conjunto de poetas mineiros do século XVIII, veja-se o excelente Carlos Nejar, História da Literatura Brasileira: da carta de Caminha aos contemporâneos, São Paulo: Leya, 2011, pp. 73/90
- 5- Sobre o momento de concepção musical correspondente ao “Barroco Mineiro”, no século XVIII: REZENDE, Maria Conceição. Op. cit., p. 471.

Festa do Rosário

Catopês, Marujos e Caboclinhos levam cultura e religiosidade às ruas de Montes Claros

ANDERSON CLAYTON



No dia 17 deste mês, ao ser levantado o mastro de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Montes Claros (Norte de Minas), as ruas da cidade serão tomadas pela religiosidade, cores e sons característicos dos Festejos de Agosto, cujo ponto alto são os desfiles dos grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos.

O festejo é uma das mais antigas manifestações culturais de Montes Claros, com quase 200 anos de tradição. O historiador Hermes de Paula apontou que os primeiros registros da festa são de 23 de maio de 1839, quando Marcelino Alves, morador da cidade, pediu licença para tirar esmolas para as festas de Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo.

A celebração surgiu a partir do culto ao Rosário, com a aparição da Virgem Maria a São Domingos Gusmão. No Brasil, o ritual é difundido com a ação dos missionários no período da colonização. No século XVIII, com o surgimento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, os escravos passaram a organizar homenagens à sua padroeira, Nossa Senhora do Rosário.

Paralelamente às Festas de Agosto, será realizado o 38º Festival Folclórico de Montes Claros, com apresentações de grupos de dança, como Saruê, Zabelê, Fitas e Banzê, e shows de músicas típicas da região. A abertura oficial do festejo será no próximo dia 16 e o encerramento, no dia 21 de agosto. ■

◦ CATOPÊS

Conhecidos antigamente por dançantes, dos catopês têm sua origem influenciada pela trajetória da vida de Chico Rei. Galanga, monarca guerreiro do Congo, capturado e feito escravo, chegou ao Brasil em 1740. Trabalhando, conseguiu comprar sua liberdade e de seu filho. Aos poucos, foi comprando a alforria de seus compatriotas, que o consideravam rei, daí surgiu o nome Chico Rei.

◦ MARUJOS

Os marujos têm origem baseada na epopeia da Nau Catrineta. No Brasil, "A Nau Catrineta" é um poema inspirado na tumultuada viagem do navio Santo Antônio, que transportou Jorge de Albuquerque Coelho (filho de Duarte Coelho Pereira, donatário da capitania hereditária de Pernambuco), do porto de Olinda até Lisboa, em 1565.

◦ CABOCLINHOS

Conta-se que os caboclinhos surgiram por ocasião dos festejos religiosos dos jesuítas, que introduziram a dança nas celebrações com fins de catequese. Com o tempo a dança passou a integrar as festas religiosas. O padre jesuíta Fernão Cardin, em seu livro de 1589, faz referência sobre a existência dessa dança.

Violões pela cidade

Apresentações serão realizadas em oito centros culturais

Até o dia 26 de novembro, violonistas belo-horizontinos ou radicados na capital irão apresentar concertos, composições autorais e clássicas, durante a terceira edição do projeto Violões Pela Cidade.

Ao mesmo tempo em que a iniciativa abre espaço para artistas ainda pouco conhecidos do público, a descentralização das apresentações, que são gratuitas e realizadas em oito centros culturais

de Belo Horizonte, é uma forma de ampliar o acesso ao público aos diversos estilos do violão. Veja a programação no site violoespela-cidade.wordpress.com

Ainda na capital mineira, os músicos

do estado têm a oportunidade de mostrar seu talento no projeto Dedilhado. As apresentações serão realizadas nas terças-feiras de agosto, no teatro Santo Agostinho, às 20h30. ■

CABRITOS NA SALA

Municípios ameaçam entrar no Supremo para o recálculo de dívidas

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Em junho de 2016, nesta mesma coluna, sob o título “União e Estados – briga entre o roto e os esfarrapados”, registrei que alguns Estados requereram no STF o recálculo de suas dívidas com a União, ao argumento de que deveria incidir sobre os débitos taxa de juros simples e, não, compostos. Em outras palavras, o pagamento da dívida colossal far-se-ia de forma linear e, não, capitalizada. A União, a sua vez, contra-argumentava que os juros compostos constituem o padrão para os contratos financeiros.

Alguns ministros da Corte Suprema acolheram provisoriamente a tese dos juros simples, concedendo aos requerentes (16 unidade federadas) o direito de pagar o que consideravam devido.

Observa-se que, se tal conceito prevalecesse, aplicando aos contratos privados, como os bancários, poder-se-ia abrir grave precedente e significativa incerteza jurídica.

Em 27 de abril, o plenário do STF adiou sua manifestação sobre o mérito, fixando o prazo de 60 dias para que a União e os Estados chegassem a um acordo. Sabe-se que o cobertor financeiro é curto. Não dá para aquecer todos, especialmente União e os Estados, com as suas economias no leito da UTI.

“EM JULGAMENTO DE 1º DE JUNHO, O STF TECNICAMENTE REVIU AS DECISÕES PROVISÓRIAS QUE CONCEDIAM A SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS, DANDO AVAL AO ACORDO FIRMADO ENTRE A UNIÃO E OS ESTADOS”

O Estado do Rio de Janeiro, com as finanças em estado terminal, acabou por decretar estado de calamidade pública, em virtude do não pagamento do funcionalismo público ou dos frequentes atrasos, inclusive com fornecedores, paralisando atividades essenciais. Todos podem ver as enormes filas nos seus hospitais, com corredores congestionados de doentes estendidos em macas, aguardando médicos e remédios. As viaturas policiais, além de outras mazelas, estão sem manutenção e, até mesmo, sem combustível, comprometendo a segurança das Olimpíadas, com início previsto para o dia 5 de agosto.

A nota oficial divulgada pelo governador, justificando o decreto, informava que “A crise provocada pela queda da arrecadação, principalmente de ICMS, royalties e participações especiais do petróleo, vem impedindo o Estado do Rio de honrar os seus compromissos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio”. Os demais motivos, por razões óbvias, foram omitidos.

Conforme os técnicos do Governo Federal, essa foi a saída encontrada para viabilizar a transferência de recursos da União para o estado. A matéria foi amplamente discutida na reunião com os governadores e todos aceitaram, solidariamente, que fosse feito algo adicional para o Rio, em virtude da proximidade dos jo-

“OS MUNICÍPIOS, COM AS FINANÇAS DE ‘PERNAS PRO AR’, POR SEUS REPRESENTANTES, TAIS COMO OS GOVERNADORES, PROTAGONIZANDO O PAPEL CARICATO DE PEDINTES DE GRAVATA, A ESMOLAR RECURSOS FEDERAIS, TAMBÉM AMEAÇAM ENTRAR NO SUPREMO”

gos. De pronto, o Governo Federal liberou R\$ 2,9 bilhões. Em suma, o Rio tem suas finanças em frangalhos, com um déficit de R\$ 19 bilhões, R\$ 12 bilhões apenas com o Rioprevidência. Tal situação se repete, com maior e menor intensidade, na maioria dos estados - São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná - entre outros, com raras exceções.

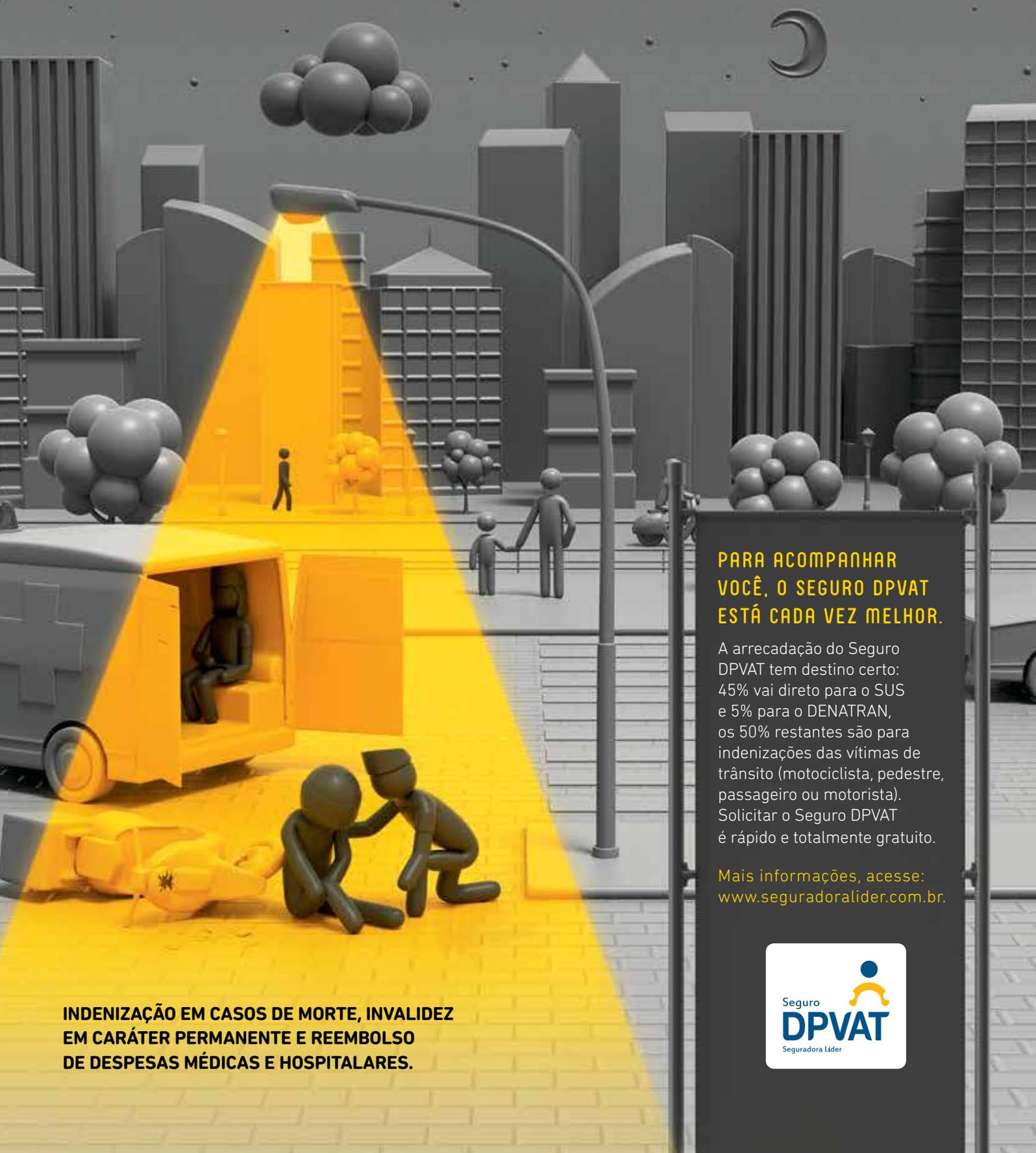
Em julgamento de 1º de junho, o STF tecnicamente reviu as decisões provisórias que concediam a suspensão dos pagamentos, dando aval ao acordo firmado entre a União e os Estados. O exame da questão dos juros simples e compostos ficou para agosto.

Dessa forma, os Estados, que pleiteavam carência de dois anos sobre o pagamento das parcelas das dívidas, alongamento de 20 anos no financiamento, anistia dos pagamentos congelados pelo STJ, além da inclusão das dívidas com BNDES, obtiveram do Governo Federal: carência por seis meses de 100% sobre os pagamentos das parcelas; 18 meses de pagamentos reduzidos (5,5 pontos percentuais); parcelamento de 24 meses dos pagamentos congelados pelo STJ e, finalmente, o sonhado alongamento de 20 anos do financiamento. Somente o Estado de São Paulo continuará a pagar as parcelas com um desconto de R\$ 400 milhões. Resultado estimado: R\$ 50 bilhões. Em contrapartida, todos serão incluídos na PEC, que limita o crescimento dos gastos.

Os municípios, com as finanças de ‘pernas pro ar’, por seus representantes, tais como os governadores, protagonizando o papel caricato de pedintes de gravata, a esmolar recursos federais, também ameaçam entrar no Supremo para obter igual tratamento. O bode fedorento deixado na sala pela presidente afastada será substituído por milhares de cabritos que já começaram a berrar. ■

(*) Desembargador

VOCÊ PODE NÃO VER,
MAS O SEGURO DPVAT
ESTÁ SEMPRE COM VOCÊ.



**PARA ACOMPANHAR
VOCÊ, O SEGURO DPVAT
ESTÁ CADA VEZ MELHOR.**

A arrecadação do Seguro DPVAT tem destino certo: 45% vai direto para o SUS e 5% para o DENATRAN, os 50% restantes são para indenizações das vítimas de trânsito (motociclista, pedestre, passageiro ou motorista). Solicitar o Seguro DPVAT é rápido e totalmente gratuito.

Mais informações, acesse:
www.seguradoralider.com.br

**INDENIZAÇÃO EM CASOS DE MORTE, INVALIDEZ
EM CARÁTER PERMANENTE E REEMBOLSO
DE DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES.**





lucasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



leiloesmg@leiloesmg.com.br | (37) 3242-2001 | (37) 99862-5659



GRUPO CRÉDITO

Falência

Recuperação Judicial

Execução

Despachantes - Engenheiros - Economistas - Liquidantes Judiciais

Corretores Imobiliários - Contabilistas - Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

Integramagis celebrará 5 anos do 'Amor à Vida'

Palestra sobre prevenção do câncer de pele será realizada no evento

AMAGIS



Lançamento do 'Amor à Vida' em 2011

Neste mês, o programa 'Amor à Vida' completará cinco anos. Para celebrar a data, a Amagis Saúde promoverá, no dia 25 de agosto, às 19h, no salão de festas da Amagis, uma edição especial do Integramagis na qual será realizada uma palestra com a dermatologista Joana Mendes Bretas, sobre a prevenção do câncer de pele.

Na comemoração, ainda será inaugurado o painel que conta os 40 anos da Amagis Saúde. Parte dessa história, o 'Amor à Vida' foi lançado no dia 18 de agosto de 2011, na gestão do juiz Bruno Terra (2010/2012), cujo vice-presidente de Saúde era o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos.

Com foco na prevenção e qualidade de vida, o programa conta com uma equipe multidisciplinar – formada por cardiologista, endocrinologista, geriatra, nutricionista e fisioterapeuta –, que oferece atendi-

to dedicado e exclusivo aos magistrados.

A proposta de reunir diferentes especialidades em uma equipe tem como objetivo possibilitar a integração das informações de cada paciente, permitindo aos médicos fazer um diagnóstico mais preciso e, conseqüentemente, indicar o tratamento mais adequado.

Ao agendar uma consulta no programa, o associado não é atendido somente em uma especialidade. Ele é aconselhado a consultar também os outros médicos, que irão esclarecer dúvidas e dar orientações sobre hábitos de vida saudáveis, levando em consideração as observações feitas pelos médicos da equipe.

As atividades físicas e de fisioterapia são feitas no Parque Esportivo da Amagis às terças e quintas-feiras, de 8h às 11h, levando em consideração o perfil e as necessidades específicas de cada participante. ■



As consultas no 'Amor à Vida' podem ser agendadas pelo telefone (31) 3079-3472.

DICAS

Diretrizes de utilização do pet-scan oncológico

As diretrizes de utilização da Agência Nacional de Saúde (ANS) fixam critérios para assegurar a cobertura de alguns procedimentos e eventos em saúde aos usuários dos planos. Saiba o que é, e quais os critérios adotados para o diagnóstico de câncer pelo pet-scan oncológico.

☉ O que é pet-scan?
Modalidade de diagnóstico por imagem que permite o mapeamento de diferentes substâncias químicas no organismo.

☉ Qual a sua função?
Auxiliar no diagnóstico de neoplasias, no estadiamento, na avaliação da resposta terapêutica precoce e tardia, na avaliação de recidiva tumoral e no reestadiamento de pacientes oncológicos.

☉ Para quais pacientes o pet-scan é obrigatório?
Pacientes com câncer pulmonar de células não pequenas comprovado por biópsia, para portadores de linfoma, de câncer colo-retal, melanoma, de câncer de cabeça e pescoço. Para câncer de esôfago "localmente avançado", para a detecção de metástase a distância, quando outros exames de imagem não foram suficientemente esclarecedores. Na avaliação de nódulo pulmonar solitário, quando, no diagnóstico do câncer de mama, os exames de imagem convencionais apresentarem achados equívocos.

Importante: Em todos os casos acima, é preciso atender a critérios específicos determinados pela ANS. Saiba mais sobre os procedimentos e eventos regulados pela agência no endereço eletrônico <http://bit.ly/1Oc4SyG>. ■

Usuários aprovam visitas aos hospitais

Amagis Saúde está acompanhando o atendimento aos associados

As visitas aos usuários da Amagis Saúde em internação hospitalar tiveram início em julho e foram aprovadas pelos associados que puderam conhecer o trabalho da assistente social Gesieni Carvalho, contratada pelo plano no final de junho.

O objetivo do serviço é esclarecer dúvidas, avaliar se os procedimentos adotados nos hospitais estão de acordo com a necessidade de cada paciente e apoiar os usuários do plano em um momento de fragilidade.

Paula Marinho Pires Balbino, esposa do desembargador Paulo Balbino de Carvalho, considerou

a proposta interessante por demonstrar que a Amagis Saúde está preocupada com o associado. Ela disse que a profissional procurou saber se as informações passadas pelo médico ao plano estavam sendo seguidas pelo hospital, e perguntou se o casal estava sendo bem atendido. "Achei acolhedor, um carinho", disse Paula Balbino.

Izabela Costa, cuja filha Lara Carvalho Silvestrini estava hos-



"É sempre gratificante saber que o plano está interessado" **juiz aposentado Wellington da Fonseca**

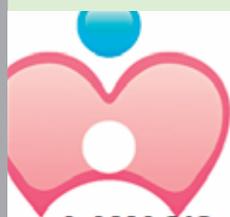
pitalizada, também aprovou a iniciativa. Ela destacou que a assistente social se colocou à disposição da família para esclarecer qualquer dúvida que pudesse surgir.

Para o juiz aposentado Wellington da Fonseca, cuja esposa Gilda Costa estava internada, é importante o hospital saber que o plano de saúde está acompanhado o atendimento. "É sempre gratificante saber que o plano está inte-

ressado", comentou Fonseca.

O magistrado apontou ainda como benefício a possibilidade da fiscalização do hospital, pois, para ele, com essa rotina será possível verificar a real situação dos procedimentos.

Os associados não precisam solicitar o serviço, pois ele será feito regularmente para aqueles usuários do plano que tenham autorização médica para receber visitas. ■



INTEGRAMAGIS

AMOR à VIDA

A AMAGIS e a AMAGIS Saúde têm a honra de convidar os Magistrados e familiares para o Integramagis em comemoração aos 5 anos do Programa Amor à Vida.

"PREVENÇÃO E MAPEAMENTO DO CÂNCER DE PELE"

Dra. Joana Mendes Bretas

Médica Dermatologista

Graduada em medicina pela UFMG e especialista em dermatologia pela Sociedade Brasileira de Dermatologia



Data: 25/08/2016

Horário: 19h

Local: SALÃO DE FESTAS DA AMAGIS



CONFIRME SUA PRESENÇA - (31)3079-3492, com Rosângela - rosangela@amagis.com.br

AMAGIS SAÚDE - Rua Albita, 194 - 6º andar - Cruzeiro - CEP.: 30310-160 - Telefax: (31) 3079-3499 - Bhte - MG- www.amagissaude.com.br